

AZULEJARIA E ARQUITECTURA VERNACULAR OS PADRÕES USADOS NO CONCELHO DE OVAR E O SISTEMS “AZ INFINITUM”

FRANCISCO QUEIROZ*
INÉS AGUIAR**
ROSÁRIO SALEMA DE CARVALHO**
ISABEL PIRES**

RESUMO

A azulejaria de Ovar tem vindo a ser estudada pelo CEPESE, assim como pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões. Por existir, no dito concelho, um abundante conjunto de fachadas azulejadas, constituindo, o azulejamento ostensivo, matriz identitária da arquitectura da região, entendeu-se oportuno utilizar Ovar como caso de estudo, quer para a catalogação da azulejaria de padrão da viragem para o século XX, quer para a investigação sobre este modo de decorar fachadas, em que artefactos, por vezes de concepção erudita, são utilizados em composições de carácter popular.

PALAVRAS-CHAVE

Azulejo, Padrão, Catálogos, Inventário, Arquitectura Vernacular.

1. INTRODUÇÃO

A azulejaria de Ovar, numa perspectiva histórica, tem vindo a ser estudada pelo CEPESE, no âmbito do projecto “AZULEJAR - Conservation of glazed ceramic tile façades”, assim como pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões - IHA/FLUL, através do projecto “Catalogação de padrões da azulejaria portuguesa”. Efectivamente, no concelho de Ovar existe um abundante conjunto de fachadas azulejadas, constituído por mais de oitocentos imóveis, se considerarmos também aqueles que apresentam apenas painéis figurativos ou registos hagiográficos. O azulejamento ostensivo constitui matriz identitária da arquitectura da região. Por conseguinte, entendeu-se oportuno utilizar Ovar como caso de estudo, quer para a catalogação da azulejaria de padrão na viragem para o século XX, quer para a investigação sobre este modo de decorar fachadas, em que artefactos, por vezes de concepção erudita, são utilizados em composições de carácter popular.

* CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

** Museu Nacional do Azulejo

** Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ora, se a azulejaria de fachada só muito recentemente tem começado a merecer um olhar mais objectivo, desvanecendo-se alguns preconceitos das décadas anteriores, a azulejaria de fachada em contexto vernacular necessita de uma abordagem não discriminatória face a contextos eruditos – abordagem essa que agora se propõe, de modo a que a pesquisa empreendida sobre Ovar possa servir como paradigma para futuros estudos.

O presente texto expõe alguns resultados subsequentes ao trabalho de campo, centrando-se em dois pontos que exemplificam as potencialidades da metodologia em uso: o recurso a catálogos históricos para a identificação de padrões; e a sistematização dos dados através do “Az Infinitum - Sistema de Referência e Indexação de Azulejo”. A catalogação dos padrões, de uma forma geral, e a identificação das fábricas que os produziram, constituem aspectos fundamentais para a compreensão global do fenómeno da azulejaria desta época, tendo em conta, não apenas questões particulares mais relacionadas com a história do azulejo, mas também questões culturais; ligadas ao gosto, aos revivalismos que então se faziam sentir e, em última análise - considerando o fenómeno do seu uso na arquitectura vernacular - de suposta actualização estética. Este texto apresenta igualmente alguns resultados preliminares sobre a relação entre a azulejaria de fachada e a arquitectura popular de Ovar, com extrapolações possíveis para outras regiões portuguesas.

1.1 ESTADO DA ARTE

O tema da azulejaria de padrão em Portugal, no ciclo correspondente aos últimos vinte anos do século XIX e aos primeiros vinte anos do século XX, tem conhecido, na última década, um renovado influxo de investigação. O facto de abarcar o período Arte Nova poderá ter contribuído para chamar a atenção de alguns investigadores (entre os quais, Isabel Almasqué e A. J. Barros Veloso) que, em todo

o caso, enfatizaram os painéis figurativos (incluindo aqueles com fins publicitários) e algumas barras de arquitrave mais elaboradas, geralmente em contexto erudito. Todavia, e apesar deste interesse, a azulejaria de padrão da viragem para o século XX continua a ser um dos ciclos menos conhecidos, dentro da excepcional cultura portuguesa do azulejo. O padrão “industrial” propriamente dito tem recebido menor atenção por parte dos investigadores, sobretudo se integrado num contexto arquitectónico eminentemente popular. À parte alguns contributos centrados na inventariação (nomeadamente, de Sandra A. Amorim, Cláudia Emanuel Franco, e Isabel Pires), estudos mais direccionados a aspectos técnicos e de conservação (como os de Luís Mariz Ferreira e de Isabel Ferreira), ou trabalhos dedicados às influências externas na concepção de padrões (por parte de Ana Margarida Portela Domingues), muito está ainda por fazer no que diz respeito à azulejaria desta época.

1.2 APROPRIAÇÕES VERNACULARES DE MODELOS ERUDITOS: O CASO DE OVAR

Nos últimos anos¹, tem vindo a ser demonstrado que a azulejaria de fachada dealbou em contexto erudito, ainda que marcadamente burguês, e alastrou a contextos mais vastos, maioritariamente urbanos ou suburbanos, passando pelo fenómeno das vivendas de novos-ricos, às quais muitas vezes se tem colado, com pouco critério, o estereótipo do “brasileiro de torna-viagem”. Tal como sucedeu ao longo dos séculos, em diversas formas de arte e em variados suportes artísticos, os modelos eruditos foram ganhando aceitação em franjas mais populares, que viam neles um recurso para a desejada emulação social. Este facto levava as elites a abandonar de forma ainda mais veemente esses modelos, por banalizados, e por já não corresponderem à charneira do tempo que iam vivendo. E, assim, o azulejo português, que durante séculos foi quase exclusivo de palácios e de templos associados a importantes fontes de ren-

¹ Destaque-se a tese de doutoramento de Ana Margarida Portela Domingues, reforçada por trabalhos mais recentes, nomeadamente de Isabel Pires e de A. Pais / J. Mimoso (e outro), mencionados no elenco de fontes e bibliografia.



dimento, tornou-se um recurso decorativo e construtivo comum, fenómeno que foi também bastante favorecido pela industrialização do processo de fabrico.

As causas concretas que levaram a um prolongar do uso decorativo do azulejo em fachadas, no geral, e em certas regiões mais do que noutras, não estão ainda totalmente determinadas, mas podemos apontar algumas, provisoriamente: as tipologias arquitectónicas preponderantes – fachadas de cércea diminuta e em banda, com pouca superfície para revestir, que permitiam um não encarecimento excessivo da opção pelo azulejamento, face ao reboco; a proximidade a centros de produção azulejar que, não sendo já capazes de vender azulejaria de padrão para fachadas, junto das elites, apostariam em produtos mais apetecíveis para as franjas sociais recém-enriquecidas e pouco esclarecidas; e o próprio efeito de mimetismo, sobretudo em zonas onde a melhoria do bem-estar económico passou uma grande parte da população que havia nascido humildemente.

Estas causas, além de outras possíveis, terão estado na origem de um núcleo bastante marcante de fachadas populares azulejadas no concelho de Ovar². O levantamento exaustivo de fachadas azulejadas ou com outra ornamentação cerâmica existentes neste concelho, que decorreu entre Novembro de 2010 e Novembro de 2011³, permitiu identificar cerca de oitocentos casos, número que nos permite considerar Ovar como um dos principais núcleos mundiais de azulejaria de fachada. Na verdade, cerca de 65% das fachadas azulejadas localizam-se no centro da cidade e, muito embora subsistam algumas formas mais eruditas de azulejamento, os revestimentos encontram-se, geralmente, em edifícios de arquitectura vernácula, de piso

único e posicionados em banda. A diversidade de padrões, e de guarnições associadas, ainda não catalogadas na sua totalidade, mostram a riqueza de soluções que coexistem nas várias ruas de Ovar, cuja aplicação terá ocorrido, essencialmente, entre 1880 e 1910, numa tradição que se terá prolongado em exemplares mais tardios ao longo do século XX.

2. ABORDAGENS À AZULEJARIA EM CONTEXTO VERNACULAR

2.1 RECURSO ÀS FONTES DA ÉPOCA: OS CATÁLOGOS HISTÓRICOS DE FÁBRICAS

Embora o período histórico correspondente ao Romanismo, em Portugal, não só tenha assistido à introdução dos catálogos de produtos, mas também à sua generalização, ao ponto de terem sido elaborados mesmo por empresas de dimensão mais modesta, este recurso publicitário não se generalizou antes do início do século XX. Além disso, trata-se de um tipo de fonte difícil de encontrar, pelo seu carácter inicial algo efémero e marcadamente utilitário. Por outras palavras, não podemos afirmar que determinada firma não editou catálogos, pois há a probabilidade de o ter feito, até mais do que uma vez. Contudo, estes catálogos podem ter-se perdido. Aliás, aqueles que eram para uso interno, por serem quase únicos, podem ter sido também propositadamente destruídos quando foram considerados desactualizados ou obsoletos pela própria firma que os detinha.

Relativamente à azulejaria, esta foi uma das áreas em que o recurso aos catálogos mais se fez notar, pelas próprias características do produto, visto que toda a arte industrial, baseada no princípio da reprodução de modelos, tirava

² Sobre a azulejaria de fachada em Ovar, veja-se o estudo de Isabel Moura Ferreira mencionado nas fontes e bibliografia.

³ Este levantamento foi adjudicado pela Câmara Municipal de Ovar à empresa Archeoestudos, enquadrando-se no "Programa de Caracterização e Valorização dos Recursos Endógenos Estratégicos – Azulejo / Programa de Valorização Empresarial do Azulejo Tradicional de Ovar" (inserido no "Programa Integrado de Valorização da Área Central da Cidade de Ovar" / PRU16). O levantamento foi coordenado por Francisco Queiroz e contou com a colaboração da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, ao nível do inventário e descrição. O trabalho de campo foi conduzido por Sónia Cardoso e a cartografia foi produzida por Sandra Ralha.

benefício da imagem. Ainda assim, no estado actual da investigação, não se conhecem quaisquer catálogos dignos desse nome para várias fábricas portuguesas da viragem para o século XX que produziram azulejaria, ao passo que, para outras, conhece-se mais do que um. Isto significa que o recurso aos catálogos, para um melhor conhecimento da azulejaria desse período, nem sempre é possível.

Uma das fábricas portuguesas especializadas na produção de azulejo, que publicou mais catálogos, foi a Fábrica do Carvalhinho. Fundada no Porto poucos anos após a instauração do regime liberal, mudar-se-ia para Vila Nova de Gaia na década de 1920, aí permanecendo até ao seu encerramento, em finais da década de 1970. Pouco tempo depois de ter ocupado as suas instalações construídas de raiz no Arco do Prado, em Vila Nova de Gaia, fez editar um catálogo só dedicado à azulejaria, assumindo como inspiração os padrões dos séculos XVII e XVIII⁴. Embora sem data, este catálogo será de finais da década de 1920, ou do início da década de 1930.

Mais antigo, e de natureza bastante diversa face ao acima referido, é o catálogo da firma J. Lino, de Lisboa⁵. Possivelmente fundada em finais da década de 1850, trinta anos depois tinha a sua “estância” na Rua 24 de Julho, n.º 254-260 e armazém na mesma rua, no n.º 954-960, com escritório na Rua Nova da Cais do Tojo, n.º 35 (ao Conde Barrão). Foi das primeiras empresas portuguesas a ter telefone, com o n.º 97, e já em 1889 possuía endereço telegráfico. É desse ano o catálogo de materiais de construção que a firma fez publicar, contendo numerosos materiais cerâmicos: além de azulejos de faiança, sem relevo e com relevo, e azulejos de pó de pedra, são mencionados vasos, figuras e balaústres, bacias, tinas, lavatórios, urinóis e retretes, tubos de grés e barro e outras peças de encaimento, telha de Marselha “legítima” e de modelo marselhês com fabrico nacional, telha e tijolo de todas as qualidades de fabrico português, ladrilhos mosaicos cerâmicos e de cimento, e

ladrilhos para cavalições. O catálogo inclui ainda alusões a ardósia ou lousa para telhados, cimentos, pozolana, barros refractários, cal, muitos tipos de madeira (em parte já previamente cortada e formando ornatos, quer para pavimentos, quer para decorar o exterior de chalés), numerosos artefactos em ferro, zinco e chumbo (desde pequenas peças de ornato, a vigas e escadas), materiais pré-ornamentados para tectos, tintas e vernizes, telas de asfalto para impermeabilizar coberturas, vidros de vários tipos (alguns com ornatos, ou com caixilho, tipo vitral), elevadores de cozinha, extintores, e utensílios para obras.

J. Lino era, essencialmente, um revendedor, o que fica bem demonstrado pela quantidade e variedade de materiais de construção em venda nos seus depósitos, segundo o catálogo de 1889. Contudo, ao que tudo indica, a firma J. Lino também produzia e transformava produtos que depois vendia. Encontrámos referência a J. Lino como fabricante de “pregos de arame”, e de “ladrilhos mosaicos”, além de ter tido uma carpintaria a vapor e uma serraria mecânica, onde também serrava pedra, possivelmente no edifício da Rua Vasco da Gama, n.º 110 a 146. Aquando da Exposição do Rio de Janeiro, de 1908, J. Lino é mencionado como fabricante ou exportador de cal, serrador de pedra, e produtor de mosaico hidráulico. Em 1912, a empresa era conhecida como a “Ménagère de Lisboa”, girando sob a firma J. Lino & Ca. Em 1922, ainda existia, sendo mencionada como a “Ménagère de Lisboa”, antiga casa J. Lino, continuando com o escritório na Rua do Cais do Tojo, n.º 35, e vendendo artigos de “ménage” e construção, como fogões de mármore para sala, salamandras, material sanitário, “parquets”, etc.

A existência de azulejos de padrão no catálogo dos armazéns J. Lino não significa, pois, que tenham sido produzidos por esta firma, mas apenas que, à data em que o mesmo foi produzido, os azulejos com estes desenhos eram comercializados.

⁴ O catálogo é mencionado nas fontes e bibliografia e, sobre ele, os autores deste texto (e outros) elaboraram um estudo recente, que aguarda publicação.

⁵ O catálogo é mencionado nas fontes e bibliografia.





[Figs. 1 e 2 – Capas dos catálogos da Fábrica do Carvalhinho, do segundo quartel do século XX, e dos armazéns J. Lino, de 1889 (exemplares pertencentes ao CEPESE e adquiridos no âmbito do projecto "AZULEJAR")]

2.2 INSTRUMENTOS DE INVENTÁRIO E CATALOGAÇÃO: O SISTEMA “AZ INFINITUM”

Os catálogos das fábricas (e dos armazéns de revenda) constituem excelentes instrumentos de pesquisa, com informação relativa à produção de determinado padrão, bem como a uma série de outras questões, entre as quais a conjugação entre os padrões e as respectivas guarnições. Todavia, fontes como os catálogos implicam uma leitura atenta e crítica, pois um mesmo padrão pode ter sido produzido por diferentes fábricas e constar dos catálogos respectivos. Do mesmo modo, as relações teóricas que se estabelecem entre cercaduras, barras ou frisos e um padrão podem não se verificar em aplicação.

A informação contida nos catálogos é de grande valor e não pode ser, de forma alguma, ignorada. Mas é absolutamente necessário que seja complementada por uma série

de outros dados susceptíveis de confirmar, ou não, a sua veracidade face ao objecto de estudo.

É neste contexto que o projecto “Catalogação de padrões da azulejaria portuguesa”, disponível em linha através do Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo, pode vir a revelar-se uma ferramenta de trabalho fundamental para o estudo da azulejaria de fachada na viragem para o século XX, não esgotando, todavia, o seu alcance neste período da história da azulejaria portuguesa, mas antes abrangendo os mais de cinco séculos de aplicações azulejares no nosso país.

Regressaremos ao Az Infinitum mais à frente. Para já, importa apenas perceber que este é um sistema em permanente actualização, que pretende ser uma base de referência científica para o estudo da azulejaria produzida ou aplicada em Portugal. Resulta de uma parceria entre a

Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões – IHA/FLUL e o Museu Nacional do Azulejo, mas contando com os contributos de várias outras instituições e investigadores⁶.

Quanto ao projecto “Catalogação de padrões da azulejaria portuguesa”⁷, este pretende ser uma ferramenta de pesquisa e de apoio à investigação científica para a área da azulejaria de padrão, abrangendo as diversas épocas de produção, ou seja, desde o final do século XV até à contemporaneidade. Inclui ainda a catalogação das guarnições: barras, cercaduras, frisos, cantos respectivos e cantoneiras. A cada padrão (ou barra, cercadura, friso, canto e cantoneira) corresponde um número de inventário que identifica o tipo de azulejo, permitindo ainda uma imediata leitura da cronologia. Por exemplo, o P-20-00061 significa: P(adrão)-20(século)-00061.

O campo “descrição”, em que esta é feita com grande detalhe e com base num vocabulário uniformizado, torna-se essencial para detectar pequenas diferenças, formais e cromáticas, facilitando a distinção entre padrões e, consequentemente, dando pistas que contribuem para a identificação da produção. Veja-se, mais à frente, o caso dos padrões P-20-00060 e P-20-00061, que ilustram esta questão.

Para o registo da produção existe também um campo próprio, em que, numa primeira fase, são lançadas as várias possibilidades, depois reduzidas à medida que o trabalho avança, e vai sendo possível comprovar - através da articulação desta área com os exemplos aplicados - as origens efectivas de um determinado padrão e as suas variantes. Na verdade, ao relacionar o padrão com o local onde o mesmo se encontra aplicado, torna-se possível aceder a informações relativas ao estado de conservação do revestimento e a eventuais intervenções de que tenha sido objecto. Entre estas informações, destaca-se a revelada pelo tardo, onde, por vezes, surgem as marcas das fábricas.

Desde o início do projecto, em 2011, e até à data, foi trabalhado um largo conjunto de exemplares do século XVII e do século XVIII (em especial do período pombalino), constituindo o inventário das fachadas do concelho de Ovar um caso de estudo privilegiado para a catalogação dos padrões dos séculos XIX e XX.

3. O CASO DE ESTUDO DE OVAR

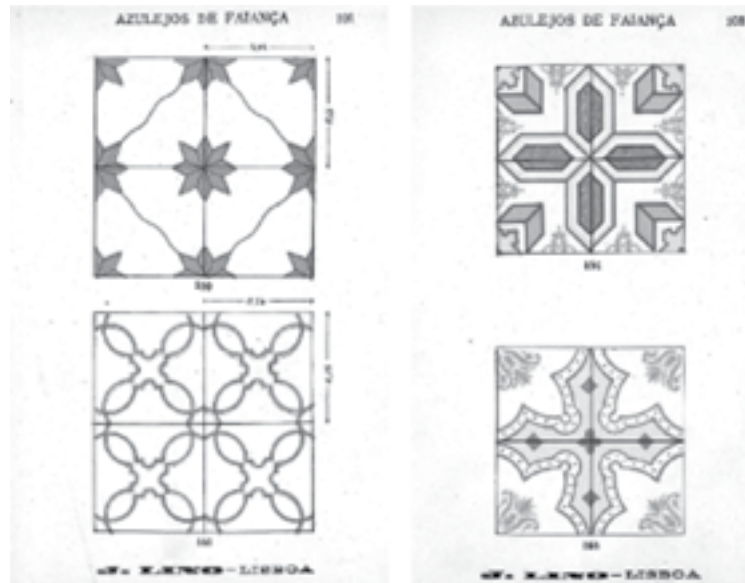
No catálogo dos armazéns J. Lino, são reproduzidos seis padrões de azulejos de faiança (pp. 101-103), quatro frisos de cercadura (em faiança), quatro padrões de azulejos de faiança em relevo e dois de azulejos “finos” de pó de pedra. Destes últimos, cuja fábrica produtora não está identificada, apenas se inventariaram em Ovar algumas variantes. Tal não é de estranhar, uma vez que o texto do próprio catálogo é omissivo no que diz respeito ao revestimento de fachadas, com excepção dos azulejos relevados, que alegadamente tinham “muita aplicação para faxas nas decorações exteriores dos chalets” e davam “um tom de bom gosto às edificações modernas” (p. XXVI). Para os restantes azulejos, apenas se refere, como possibilidades de aplicação, as cozinhas, chaminés, escadas, fogões de sala, casas de banho de luxo, etc..

A leitura destas prescrições publicitárias deixa-nos a ideia de que a firma J. Lino não se dirigia tanto ao mercado mais popular das províncias, mas antes insistia em alguns padrões de eventual maior aceitação junto de uma classe média e média-alta, em Lisboa, ao mesmo tempo que procurava revelar a existência de alguns padrões novos, para usos que se coadunavam apenas com um estrato social mais elevado. Basta ver que, no que diz respeito a aplicações exteriores, apenas se menciona a decoração pontual - e não o revestimento completo - de chalés; portanto, de uma tipologia arquitectónica que raramente se confundia com a arquitectura “anónima” da época.

⁶ A equipa do Az Infinitum é coordenada por Rosário Salema de Carvalho e Alexandre Pais (MNAz), e constituída por Ana Almeida, Inês Aguiar, Isabel Pires, Lúcia Marinho e Patrícia Nóbrega.

⁷ Projecto desenvolvido pela mesma equipa do Az Infinitum, tendo Francisco Queiroz como consultor para o século XIX.





[Figs. 3 e 4 – Duas estampas do catálogo J. Lino, de 1889]

No mencionado catálogo, deixa-se bem claro que havia muitos outros modelos para escolha nos armazéns, constituindo os padrões reproduzidos apenas uma muito pequena parte da produção da época. As estampas não são rigorosas na reprodução do desenho dos padrões, nem nas tonalidades empregues – facto compreensível, atendendo também a limitações técnicas na impressão, e ao facto de não ser um catálogo exclusivamente de azulejaria. A forma de ilustrar os padrões, recorrendo apenas a um dos seus centros, dificulta a percepção do desenho e do efeito, em aplicação⁸. No entanto, o valor histórico do catálogo da J. Lino é muito elevado, sendo, de todo, pertinente que venha a ser objecto de um estudo mais aprofundado.

O facto dos padrões de azulejo escolhidos para o catálogo da firma J. Lino serem pouco comuns em Ovar, não deixa de ser uma constatação com implicações relevantes. Em parte, a explicação não estará apenas nos destinatários preferenciais do dito catálogo, que não eram propriamente os owarenses mais remediados. É que, graças ao trabalho de levantamento já realizado, e apesar de algumas atribuições feitas serem ainda meras suposições, hoje sabemos que a azulejaria de fachada em Ovar proveio sobretudo de fábricas de Vila Nova de Gaia, em especial da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Ora, o catálogo da firma J. Lino, ao nível da azulejaria, mesmo sem indicar a proveniência dos azulejos, parece não apresentar qualquer padrão fabricado

⁸ Na sequência dos trabalhos de João Miguel dos Santos Simões sobre a azulejaria de padrão do século XVII, a equipa do projecto definiu que todos os centros visuais de um determinado padrão são igualmente importantes, optando por não privilegiar nenhum, como havia feito aquele investigador. A Santos Simões interessava o ponto de vista do azulejador, ou seja, o elemento mínimo que é repetido e que pode corresponder, num padrão de 2x2, a 1 azulejo. Os desenhos reproduzidos na obra reflectem esta ideia, sendo aguarelados apenas no elemento mínimo. Considerando que esta opção gera dificuldades de visualização do padrão na sua totalidade, optou-se agora por privilegiar o olhar do observador, e o efeito da azulejaria na arquitectura, mostrando imagens do padrão nas suas diversas vertentes, desde o módulo até à repetição, simulando a sua montagem em extensão através da manipulação de fotografias digitais. Neste caso, a firma J. Lino optou por ilustrar apenas um centro, mas a Fábrica do Carvalhinho apresenta diversas soluções de apresentação, no catálogo que analisamos neste estudo.

no Porto / Vila Nova de Gaia, apesar de apresentar diversos modelos de estátuas em faiança para platibandas e jardins da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Mesmo não sendo indicada a origem, sabemos que tais estátuas eram da dita fábrica, ainda que o catálogo da firma J. Lino incluisse também estátuas de importação.

Curiosamente, alguns dos padrões de azulejo incluídos no catálogo da J. Lino foram de tal modo apreciados, que certas fábricas do Porto / Vila Nova de Gaia também os produziram. É por isso que o padrão n.º 555 do catálogo, possivelmente fornecido à J. Lino pela Fábrica Viúva Lamego, pode ser encontrado em Ovar numa variante saída talvez de uma fábrica de Vila Nova de Gaia e, note-se, num dos edifícios mais imponentes e eruditos de Ovar – cidade em que a arquitectura erudita é bastante rara. Este edifício, situado na Rua Dr. José Falcão, n.º 91, tal como muitos em Ovar, foi azulejado várias décadas depois da sua construção. O fenómeno da azulejaria de fachada em Ovar é claramente um fenómeno de renovação estética de fachadas, ainda que haja vários casos de azulejamento logo aquando da construção, em zonas mais periféricas do núcleo urbano, e, sobretudo, nas freguesias rurais do concelho.

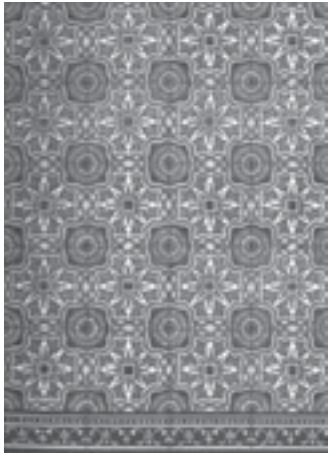
Quanto ao catálogo de azulejos revivalistas da Fábrica do Carvalhinho, tendo sido publicado em finais da década de 1920, ou no início da década de 1930, enquadra-se numa cronologia em que a azulejaria de padrão, em fachadas, estava quase completamente abandonada. Ainda era vagamente usada por franjas populares, em certas regiões do país, especialmente em zonas de um incipiente, mas progressivo, influxo urbano, causado pela proximidade a importantes vias de comunicação. Ovar insere-se, precisamente, neste contexto. Ainda assim, e atendendo à cronologia do catálogo, também não encontrámos, no concelho de Ovar, muitos exemplares que possam ser atribuídos à produção da Fábrica do Carvalhinho dessa época. Todavia, e apesar da catalogação não estar ainda terminada, identificam-se em Ovar já cerca de uma dezena de padrões atribuíveis a esta unidade fabril, assim como várias cercaduras e frisos. Somente após a conclusão do projecto vai ser

possível determinar, com exactidão, em que edifícios estes padrões foram aplicados. No entanto, e até lá, não deixa de ser interessante chamar a atenção para o facto de haver vários registos hagiográficos e painéis isolados identificados como produção da Fábrica do Carvalhinho.

Por outro lado, cremos que o mencionado catálogo da Fábrica do Carvalhinho foi destinado, sobretudo, a permitir o recriar do ambiente interior dos séculos XVII e XVIII, por parte de uma franja mais erudita da população, evocando os silhares aplicados em edifícios religiosos e alguns palácios, certamente no contexto de exaltação da arquitectura tipicamente nacional, plasmada no que ficou conhecido como o movimento da “casa portuguesa”. É possível que tal catálogo tenha sido feito, também, a pensar nos responsáveis por igrejas rurais das regiões mais sujeitas ao influxo de dinheiro proveniente da emigração. Efectivamente, em obras de renovação de templos católicos portugueses de meados do século XX, sobretudo em certas regiões, o azulejamento dos alçados exteriores tornou-se quase uma moda, a qual, nos últimos anos, tem sido mitigada, com intervenções minimalistas de sentido inverso, em que essa azulejaria, encarada com notório preconceito, é geralmente sacrificada.

Relativamente a padrões constantes do mencionado catálogo da Fábrica do Carvalhinho, localizados em Ovar, seleccionámos o padrão com o n.º de fábrica 458, que corresponde ao P-20-00061 do Az Infinitum, por suscitar algumas questões que importa discutir. Encontra-se aplicado em três imóveis, no centro de Ovar: Rua Abel Salazar, n.º 17; Praça da República, n.º 61 e Rua Marquês de Pombal, n.º 55. A fachada do primeiro edifício, de piso térreo e marcadamente popular, é delimitada pela cercadura reproduzida no catálogo. No segundo edifício, já de três pisos, mas não propriamente de desenho erudito, o azulejo reveste apenas os dois últimos pisos, sem recurso a qualquer guarnição, e, segundo informação do Atelier de Conservação e Restauro de Azulejo da Câmara Municipal de Ovar, foi aplicado na década de 1940. O edifício da Rua Marquês de Pombal apresenta estes azulejos somente a enquadrar os vãos do





[Fig. 5 – Catálogo da Fábrica do Carvalhinho, padrão n.º 458]



[Fig. 6 - Padrão P-20-00061 com centro a, centro b e padrão com centro a, e padrão em aplicação [imagem Inês Aguiar]]



[Fig. 7 - Padrão P-20-00060 com centro a, centro b e padrão com centro a, e padrão em aplicação [imagem Inês Aguiar]]

piso superior e numa fiada entre pisos, interrompida por registo hagiográfico representando Santo António com o Menino Jesus ao colo, identificado como sendo da Fábrica Aleluia.

Comparando o desenho dos azulejos de ambas as fachadas com o que se reproduz no catálogo em análise da Fábrica do Carvalhinho, percebe-se que há uma correspondência formal, ainda que não absolutamente exacta, sem haver uma coincidência de tonalidades: os motivos estrelados do florão de um dos centros são muito menos vincados no azulejo, sendo que este exhibe uma riqueza cromática de

variações de azuis que é inexistente no catálogo. Em todo o caso, e até confirmação de marcas de tardo, consideramos este padrão como correspondendo à produção da Fábrica do Carvalhinho, sendo que a coexistência do padrão e da cercadura no edifício da Rua Abel Salazar é mais um factor a pesar nesta opção. Por outro lado, a existência do registo da Fábrica Aleluia, no último imóvel citado, pode contrariar, de alguma forma, esta assunção.

No edifício com o n.º 34 da Rua Dr. Lourenço Medeiros, também em Ovar⁹, observa-se um padrão muito semelhante, mas que, todavia, é distinto do P-20-00061 e que foi ca-

⁹ E em vários outros edifícios: Largo Família Soares Pinto, n.º 8; Rua Dr. Manuel Arala, n.º 4; Rua Fernandes Tomás, n.º 59 (este, novamente associado a um registo da Fábrica Aleluia); Travessa Marquês de Pombal, n.º 11; e Rua de Álvares Cabral, n.º 18 (também associado a um registo da Fábrica Aleluia).



[Fig. 8 – Ovar, Rua Abel Salazar, n.º 17 [fotografia Sónia Cardoso]]



[Fig. 10 – Ovar, Rua Marquês de Pombal, n.º 55
[fotografia Sónia Cardoso]]



[Fig. 9 – Ovar, Praça da República, n.º 61
[fotografia Sónia Cardoso]]



[Figs. 11 e 12 – Ovar, Rua Dr. Lourenço Medeiros, n.º 34
[fotografia Sónia Cardoso] e detalhe do padrão P-20-00024 [imagem Inês Aguiar]]



[Fig. 13 – Maceda (Ovar), Rua do Apeadeiro, n.º 190
[fotografia Sónia Cardoso]]

talogado como P-20-00060. Na verdade, o florão de um dos centros, a que já nos referimos, é sobreposto por motivo estrelado com núcleo circular, enquanto o padrão da Fábrica do Carvalhinho revela o mesmo núcleo em quadrado. Se dúvidas houvesse quanto às diferenças de desenho, a existência de uma marca de tardo, impressa em negativo na fachada da Rua Dr. Lourenço Medeiros, permitiria concluir que estes azulejos tinham sido produzidos por outra fábrica que não a do Carvalhinho, uma vez que as marcas são distintas das que se conhecem desta fábrica. Embora não datado, o registo hagiográfico representando São José e o Menino Jesus, aplicado no frontão da platibanda, é da Fábrica Aleluia, tal como o são os registos associados à aplicação deste padrão em Ovar. Poder-se-á associar o padrão P-20-00061 à Fábrica Aleluia? Neste caso, ao nível do piso térreo, a fachada é integralmente azulejada, embora delimitada por uma cercadura que, na verdade, é constituída por uma fiada dos azulejos do padrão P-20-00024.

NOTAS FINAIS

A questão dos padrões, na perspectiva da História da Arquitectura, e da Arquitectura Vernacular em concreto, é tão importante como a sua articulação com as cercaduras, quando as há, e com o próprio desenho da fachada.

Padrões com determinado cromatismo preponderante, foram concebidos pelas fábricas para terem uma ou várias cercaduras esteticamente apropriadas, mas o proprietário do edifício tinha uma liberdade quase total para fazer outro tipo de combinações e, inclusivamente, usar mais do que um padrão de revestimento numa só fachada, ou adaptar o padrão de revestimento à função de cercadura, como vimos¹⁰. Se esta liberdade era um princípio, e também uma das vantagens da azulejaria de fachada como solução decorativa, por permitir, com os mesmos padrões, obter resultados estéticos diferentes, convém realçar que maior seria a liberdade no caso de franjas populares. Por um lado, tinham ao seu dispor maior variedade de padrões, sobretudo tendo em conta que, na viragem do século XIX para o século XX, as fábricas produziam padrões da moda, mas também continuavam a produzir os de concepção anterior. Ora, quando a azulejaria de fachada ainda se associava a tiques de elitismo, a variedade de padrões disponíveis era bastante menor. Por outro lado, os proprietários dos edifícios com fachadas para azulejar, pertencendo a uma franja social menos ilustrada, e mais interessada em usar o azulejo numa perspectiva de emulação, e de marcação de gosto popular, naturalmente não atendiam tanto a normas tácitas de bom-gosto. Permitiam-se, pois, a muito maior liberdade. O edifício na Rua do Apeadeiro, n.º 190, em Maceda, é um caso paradigmático desta liberdade e criatividade, assemelhando-se mesmo a um mostruário! Nesta fachada, identificam-se azulejos do mencionado catálogo da Fábrica do Carvalhinho, e vários outros, possivelmente também da mesma fábrica.

Se, na época, essa quase arbitrariedade no modo de

¹⁰ Esta liberdade de aplicação dos padrões foi uma constante ao longo da história da azulejaria portuguesa.

azulejar as fachadas das suas casas redundou no olhar irónico e altivo das elites, que ajudaram a associar tais bizzarras azulejares aos “brasileiros de torna-viagem”; hoje, o que era mau-gosto tem-se tornado identitário, não só pelo uso do azulejo propriamente dito – como recurso decorativo arquitectónico tipicamente português – mas pelo que essas fachadas vernaculares azulejadas nos dizem sobre uma época e um tipo de sociedade local. O estudo do significado da azulejaria de fachada em contexto vernacular está ainda no seu início e não pode centrar-se apenas nos revestimentos de fachada, dado que os registos hagiográficos, que tão grande influxo tiveram na produção das fábricas de azulejaria a partir da década de 1930, são também marcas indeléveis de um certo tipo de arquitectura popular portuguesa do século XX.

Em Ovar, foi possível identificar cerca de cento e cinquenta registos hagiográficos, para além de um número considerável de painéis evocativos de temáticas relacionadas com o mar e a pesca. Estes painéis devocionais tiveram como grande enfoque iconográfico Nossa Senhora de Fátima e os pastorinhos, ou Santo António com o Menino, mas também Nossa Senhora da Conceição, entre várias outras invocações.

Toda a informação obtida no inventário das fachadas de Ovar, que inclui padrões, a sua respectiva catalogação, mas também painéis ornamentais e figurativos com identificação iconográfica, tem vindo a ser sistematizada num sistema mais amplo e complexo, o Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo. Este, que resulta da articulação de várias bases de dados, é acessível em linha através de cinco grandes áreas relacionadas, que reflectem a preocupação da equipa em tratar os revestimentos que se conservam nos seus locais originais, característica fundamental da azulejaria portuguesa: (1) in situ; (2) iconografia; (3) padrões; (4) autorias, (5) bibliografia, tendo sido dedicada uma especial atenção ao vocabulário controlado e à utilização, sempre que possível, de listas internacionais.

Ao organizar a informação de uma forma sistemática, tornando-a acessível ao investigador e ao público em geral, o Az Infinitum contribui para o estudo e a investigação, mas também para a divulgação deste tão importante património e, conseqüentemente, para a sua preservação. Assim,

o cruzamento de informação que o Az Infinitum permite é absolutamente significativo, por exemplo, na identificação das fábricas. Como já referimos, a relação que se estabelece entre o padrão e o local onde o mesmo se encontra aplicado, permite aceder às informações do tardo do azulejo, identificando as fábricas. Estes dados podem então ser cruzados com os dos catálogos e, ainda, com os dados obtidos da análise do desenho. De facto, vários exemplos mostram como pequenas variações de desenho que, para já, não são consideradas com um número de inventário próprio, podem vir a ser indicadores do uso de estampilhas diversas e, como tal, de produção distinta.

Num futuro próximo, será possível aceder, por exemplo, ao padrão P-20... e perceber em que catálogos surge e que marcas de tardo apresenta, analisando-se de seguida o desenho (ou melhor dizendo, a estampilha), as cores e as técnicas, para estabelecer grupos que podem corresponder a diferentes fábricas, numa metodologia que permitirá um maior refinamento de estudos e da produção cerâmica presente na arquitectura portuguesa, e na arquitectura popular em particular.

Também as questões do gosto podem aqui ser equacionadas de outra forma, pois passaremos a dispor de uma visão bem estruturada sobre as combinações de padrões e guarnições efectivamente utilizadas, e não apenas sobre aquelas que são sugeridas nos catálogos.

Quando se concluir o tratamento da informação relativa ao concelho de Ovar e, aos poucos, o projecto puder ir integrando outras cidades e vilas do país com aplicações cerâmicas desta época, os dados disponíveis irão certamente potenciar uma perspectiva renovada sobre a história do azulejo em Portugal. Esta incluirá a possibilidade de pesquisa georreferenciada de padrões, constituindo instrumento de estudo não apenas para os revestimentos azulejares propriamente ditos, mas também para conhecer, por exemplo, as dinâmicas comerciais das próprias fábricas e a sua implantação fora das áreas de produção. Com isto, será também possível conhecer melhor o modo como a azulejaria foi um dos vários recursos da arquitectura popular portuguesa, especialmente no início do século XX, em contextos menos rurais.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMASQUÉ, Isabel / VELOSO, António José de Barros – Azulejaria de exterior em Portugal. Lisboa: Edições Inapa, 1991.
- AMORIM, Sandra Araújo – Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim: 1850-1950. S/l: s/n, 1996.
- ASSUNÇÃO, Ana Paula – Fábrica de louça de Sacavém. Sacavém: Museu de Cerâmica de Sacavém / Câmara Municipal de Loures, 2000.
- Catalogo da Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devezas. António Almeida da Costa & Ca., Vila Nova de Gaya, Portugal. Vila Nova de Gaia: Real Typ. Lith. Lusitana, 1910.
- Catálogo da Fábrica Aleluia. Aveiro: s.d.
- Catálogo da Fábrica Cerâmica Viúva Lamego. Lisboa: s.d..
- Catálogo de Azulejos. Estilo Séculos XVII e XVIII. Fábrica Cerâmica do Carvalhinho, limitada. Arco do Prado, Vila Nova de Gaia, Portugal. Vila Nova de Gaia: Litografia União, s.d.
- Catálogo de Desenhos para Azulejos e Faixas. Fábrica Cerâmica de Sacavém. s.d.
- Catalogo de materiaes de construcção que se vendem nos grandes depositos de J. Lino. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1889.
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela – A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2009, 2 volumes.
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela – Influência de modelos internacionais na azulejaria portuguesa de finais do século XIX. In Actas do III Colóquio de Artes Decorativas: “Artes Decorativas Portuguesas: Iconografia e Fontes de Inspiração. Imagem e Memória da Gravura Europeia” (Lisboa, Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 19 a 21 de Novembro de 2009).
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela – António Almeida da Costa e a Fábrica de Cerâmica das Devezas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888). Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2003, 2 volumes.
- Fábrica Cerâmica do Carvalhinho (Corticeira), Porto. Catálogo de azulejos e faianças de phantasia. A. N. Dias de Freitas & F.ª. S.l.: s.n., s.d. [c. 1903-1910].
- FERREIRA, Luís Mariz – Architecturas de cerâmica vidriada. Nociones históricas y de contexto del azulejo de exterior en la ciudad de Porto entre 1850 y 1920. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2006.
- FERREIRA, Maria Isabel Moura – Revestimentos azulejares oitocentistas de fachada, em Ovar. Contributos para uma metodologia de conservação e restauro. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2008.
- FRANCO, Cláudia Emanuel / VIEIRA, Eduarda – A obra azulejar de Jorge Rey Colaço. Contextualização e Estado da Arte. In Actas do Congresso Internacional Azulejar. Aveiro: 2012 (edição em formato electrónico).
- MARTINS, Fausto Sanches – Subsídios para a história da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho. Porto e Vila Nova de Gaia: 1984.
- PAIS, A. / MIMOSO, J. / CAMPELO, J. – As primeiras fachadas azulejadas em Lisboa. In Actas do Congresso Internacional Azulejar. Aveiro: 2012 (edição em formato electrónico).
- PIRES, Isabel Augusta dos Santos – Fachadas azulejadas na Margem Sul do Tejo - Barreiro (1850-1925). Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2013 (2 vols.).
- QUEIROZ, Francisco / PORTELA, Ana Margarida – Romanismo: o período áureo da azulejaria portuguesa. Comunicação apresentada no Congresso Internacional “A herança de Santos Simões: novas perspectivas para o estudo da Azulejaria e da Cerâmica” (Lisboa, Reitoria da Universidade de Lisboa, 15 a 17 de Novembro de 2010), no prelo.
- SANTOS, Cláudia Emanuel Franco dos – Artes decorativas nas fachadas da arquitectura bairradina: azulejos e fingidos (1850-1950). Dissertação de Mestrado em Património Artístico e Conservação apresentada à Universidade Portucalense. Porto: 2007 (3 vols.).
- SIMÕES, João Miguel dos Santos - Azulejaria em Portugal no século XVII. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1971].
- SOUTO, Maria Helena – 1901-1920 Permanências e Modernidades na Azulejaria Portuguesa. In O Azulejo em Portugal no Século XX. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses / Edições Inapa, 2000, pp. 15-25.
- VASCONCELOS, Joaquim de – Cerâmica portuguesa. “Revista da Sociedade de Instrução do Porto”; Vol. II (1882); Vol. III (1884).



AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (e ao Programa COMPETE, através do projecto AZULEJAR, com a referência PTDC/ECM/101000/2008) o financiamento que permitiu a aquisição dos catálogos históricos analisados neste estudo, bem como as bolsas de investigação de alguns dos co-autores. Agradecemos ainda todo o apoio da Dra. Isabel Ferreira, do Atelier de Conservação e Restauro de Azulejo (ACRA), da Câmara Municipal de Ovar, e também da Dra. Sónia Magdalena Cardoso.

